A MORTE PRESUMIDA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

Graziely Paulino Fernandes[1]; Alarico Marques Pereira[2]

RESUMO: **Tema**: A morte presumida no Direito Civil brasileiro e seus efeitos jurídicos. Trata-se de uma pesquisa concluída que analisa a morte presumida como importante instituto do Direito Civil brasileiro, aplicável quando uma pessoa desaparece sem que haja confirmação direta de seu falecimento. O tema possui relevância jurídica e social, pois está relacionado à identidade civil, à sucessão patrimonial e à proteção das relações familiares. **Justificativa:** Este estudo se mostra relevante por possibilitar a compreensão dos efeitos jurídicos decorrentes da declaração de morte presumida, especialmente nas hipóteses previstas no Código Civil e na Lei de Registros Públicos, contribuindo para a segurança jurídica e para a proteção dos direitos dos envolvidos. **Objetivo:** O objetivo geral consiste em analisar a morte presumida no Direito Civil brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se identificar as hipóteses legais de sua decretação, examinar seus efeitos patrimoniais e sucessórios e compreender os impactos gerados no âmbito familiar. **Metodologia e Material:** O estudo possui natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. Para sua realização, foram analisados cinco artigos científicos publicados entre os anos de 2013 e 2023, selecionados por sua relevância para o tema. As pesquisas foram realizadas por meio da plataforma Google Acadêmico, além da consulta à legislação civil brasileira, especialmente ao Código Civil e à Lei de Registros Públicos. Também foram utilizados livros doutrinários e estudos jurídicos relacionados à personalidade civil, ao desaparecimento da pessoa natural e aos efeitos jurídicos da morte presumida. Os dados coletados foram analisados de forma descritiva, buscando compreender as hipóteses legais e as consequências jurídicas decorrentes da declaração de morte presumida. **Resultados:** Os resultados finais demonstram que esse

[1] Acadêmica do 7º período do Curso de Direito da Faculdade de Itaituba. E-mail: grazielyfernandes971@gmail.com
[2] Orientador: Professor da Faculdade de Itaituba. E-mail: prof.alaricomp@gmail.com

instituto desempenha papel fundamental na garantia da segurança jurídica, permitindo a solução de conflitos patrimoniais e sucessórios decorrentes do desaparecimento de uma pessoa. Verificou-se que o Código Civil estabelece hipóteses específicas para sua decretação, como situações de perigo de vida, participação em guerras, ocorrência de desastres e desaparecimento prolongado. Constatou-se ainda que a atuação do Poder Judiciário é essencial para assegurar a proteção dos direitos dos familiares e de terceiros envolvidos. **Conclusões:** Conclui-se que a morte presumida exerce importante função na preservação da estabilidade das relações civis e sucessórias. Os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando que a correta aplicação das normas legais contribui para a efetivação da tutela dos direitos decorrentes do desaparecimento da pessoa natural e para o fortalecimento da segurança jurídica.

Palavras-chave: Morte Presumida. Sucessão. Personalidade Civil. Desaparecimento. Direito Civil.